

## **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO DA RIBEIRA, NATAL/RN**

**Amanda Karoline da Costa Bezerra; Bruna Karollyne de Lima  
Honorato; Maria Clara da Costa Rodrigues; Maria Eduarda Silva  
Fagundes; Sarah Juliane Nascimento Marreiros<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O artigo a seguir tem como objetivo compreender as causas e consequências da negligência na preservação do patrimônio arquitetônico histórico da comunidade da Ribeira, Natal/RN, considerando que a comunidade na qual contribuiu para a história da cidade encontra-se em estado de indiferença. O trabalho se concentrou na Rua Chile e nos imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – tentando entender o que levou à deterioração das edificações da Rua Chile. Os métodos de pesquisa deste artigo foram a pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas com empresários e moradores locais, além de membros do IPHAN. Ao final do artigo concluímos que a revitalização de edifícios tombados é um desafio não só para o IPHAN, mas também reside sobretudo em encontrar os proprietários, nas burocracias técnicas e os interesses políticos dos governos estaduais e municipais. Para restaurar verdadeiramente o patrimônio histórico, muitas dificuldades precisam de ser ultrapassadas. No entanto, esta é uma comunidade com grande potencial econômico, cultural e social que pode ser incluída na gestão pública da área, tendo em conta que os esforços das instituições públicas podem ser melhor aproveitados para desenvolver planos e projetos de revitalização

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico; Ribeira; Preservação; IPHAN; Região histórica.

### **INTRODUÇÃO**

O diagnóstico de um problema público é o trabalho analítico de identificação do problema público, sua amplitude, intensidade, seu contexto, suas causas e consequências e seu potencial de tratamento (SECCHI, 2016). Diante do processo de trabalho do gestor público, é evidente a importância do diagnóstico participativo no seu espaço de atuação profissional, visto que é procedimento

---

<sup>1</sup> Graduandas em Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - E-mail: amanda.costa.704@ufrn.edu.br.

essencial para compreender a realidade cotidiana dos indivíduos e as questões sociais que permeiam as relações sociais, desse modo o diagnóstico participativo acelera a formulação de políticas públicas e transformações sociais de acordo com a realidade concreta dos sujeitos.

O trabalho em questão pretende apresentar a elaboração do diagnóstico social participativo sobre o Patrimônio histórico arquitetônico do bairro da Ribeira, Natal/RN, com recorte na Rua Chile e os imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), os quais encontram-se em situação de desassistência. Diante disso, o artigo em tela objetiva discutir brevemente as causas e as consequências de processos que se dividem entre o descaso com a preservação dos patrimônios como também a transformação dos espaços urbanos e a necessidade de requalificação dos espaços do bairro que comportam os patrimônios históricos culturais da região.

Guiaremos a discussão pelas ideias dos historiadores Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992) e Pedro Paulo Funari (2009), sobre importância da Preservação do Patrimônio Histórico estar associada a memória coletiva e individual, pois é através da memória que nos orientamos para compreender o passado, o comportamento de um determinado grupo social, cidade e nação. O avivamento da memória também contribui para a formação de identidade, resgate de raízes, e está ligada à formação cultural e econômica de um povo.

A problemática está vinculada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 que tem como foco Cidades e Comunidades Sustentáveis, enfatizado na meta 11.4. Esse ODS objetiva fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial. A partir desse objetivo, daremos ênfase no patrimônio cultural material e abordaremos quais são as discussões estabelecidas em torno das políticas públicas de preservação e salvaguarda dos patrimônios históricos existentes na Rua Chile.

Ademais, em função da problemática e norteadas pelo ODS 11, adotaremos o diagnóstico social participativo por ser um dos métodos eficientes e utilizados como forma de tomar parte de um determinado problema, incluindo atores sociais relevantes, e fazer possíveis intervenções.

Desse modo, de uma forma que englobe compromissos institucionais de forma abrangente, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan) colocou à disposição da sociedade a Política de Patrimônio Cultural Material. Documento que servirá de guia a ser adotado pelo Iphan quanto à realização de ações e processos de identificação, reconhecimento, proteção, normatização, autorização, licenciamento, fiscalização, monitoramento, conservação, interpretação, promoção, difusão e educação patrimonial relacionados à dimensão material do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2018, p. 4).

Nessa perspectiva, o foco do estudo em tela é apresentar o diagnóstico dos patrimônios históricos e arquitetônicos da Ribeira, especialmente os localizados na Rua Chile. Observando uma movimentação no sentido de se construir uma legislação que se destine à preservação patrimonial, visando manter a importância dos tesouros regionais históricos, por meio da relevância dos patrimônios tombados do bairro pesquisado.

## **METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO**

A priori, o diagnóstico utilizou a metodologia participativa, visto que o envolvimento das lideranças e da comunidade local é de suma importância para a compreensão do contexto e da realidade em que vivenciam tal problemática, e com isso compreender a razão da vulnerabilidade do estado de conservação do espaço da Ribeira, local este de extrema importância para a história do Rio Grande do Norte. Com o estilo de um diagnóstico participativo, é possível captar a visão dos moradores locais sobre a problemática, como também se há políticas públicas sendo colocadas em prática para solucionar o problema.

O diagnóstico é desenvolvido na rua Chile, localizado no bairro da Ribeira, objetivando analisar a preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Dentre os atores participantes, contamos com: coordenadores dos clubes de remo centenários da região e ex-superintendente do Iphan.

Na coleta de dados secundários foram utilizadas pesquisas documentais, artigos e mapas online, obtivemos informações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em Natal, Rio Grande do Norte (SEMURB), por meio do inventário disponibilizado no site da secretaria, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para os dados primários, utilizamos questionário misto, feito por contato direto e individual com cada ator. Foram elaboradas entrevistas semiestruturadas, uma realizada com a ex-superintendente do IPHAN e outras duas entrevistas realizadas com diretores dos clubes de remo do bairro.

A partir da abordagem qualitativa e análise descritiva por meio de pesquisa documental e bibliográfica, aplicando como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada para o desenvolvimento de uma compreensão que auxilie na tomada de decisões.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com perguntas abertas de forma a captar a percepção de cada ator social a respeito do espaço mencionado, as mudanças sofridas e seus processos sociais, levando em consideração suas vivências e olhar técnico.

Na entrevista realizada com a ex-superintendente do IPHAN, Andréia, foram abordadas questões acerca da sua experiência no IPHAN, como se dá o trabalho no instituto com relação aos patrimônios da rua Chile e seu olhar voltado para o fomento à cultura no bairro.

Enquanto isso, nas entrevistas feitas com os diretores dos clubes de remo, foram levantados questionamentos sobre a importância dos clubes para o bairro, a



importância e a dinâmica do rio Potengi, a memória afetiva dos atores com as mudanças sofridas ao longo do tempo e os principais problemas encontrados.

A proposta de devolutiva adotada é a realização de oficina participativa, com a elaboração de uma cartilha propondo como objetivo apresentar para a comunidade a discussão, promoção e a difusão da grande influência que o patrimônio histórico pode proporcionar nas mais diversas arenas da vida social, econômica e cultural da nossa cidade. Na cartilha irá conter informações sobre o que é o Patrimônio histórico cultural, qual a área tombada e a história da Ribeira, para promover o conhecimento acerca de um dos bairros mais importantes da cidade.

Além disso, irá conter também orientações sobre a educação patrimonial, para capacitar e sensibilizar a população para que a educação patrimonial seja usada como ferramenta de intervenção e participação social, de forma que a problemática possa ser politizada e a comunidade passe a fazer parte da tomada de decisões como agentes ativos que construiram esse estudo e que assumem um papel de grande influência na Ribeira, reforçando sempre que a preservação dos patrimônios, a sua importância para a cultura e o fortalecimento da identidade do povo faça parte da agenda política das instituições.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, desde a década de 1920, observa-se uma movimentação no sentido de se construir uma legislação que se destine à preservação patrimonial. Em 1937, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão de instância federal visando a preservação do patrimônio brasileiro. No contexto do Estado Novo, o órgão tinha como objetivo construir uma identidade nacional de forma que a memória do país e a noção de nacionalidade e identidade estivessem preservadas através de algo material e palpável (MEDEIROS, 2014, p.19).

Diante disso, a rua chile, que anteriormente era chamada de Alfândega e do Comércio, possui extrema importância histórica para o Estado, pois foi na mesma atribuída diversos armazéns da cidade, prédios comerciais, como também muito prédios de importância cultural e histórica, como por exemplo a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão e o cabaré do Arpege, que atualmente está em ruínas, mas que foi um dos lugares mais tradicionais da boemia potiguar.

Diante disso, a rua chile, que anteriormente era chamada de Alfândega e do Comércio, possui extrema importância histórica para o Estado, pois foi na mesma atribuída diversos armazéns da cidade, prédios comerciais, como também muito prédios de importância cultural e histórica, como por exemplo a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão e o cabaré do Arpege, que atualmente está em ruínas, mas que foi um dos lugares mais tradicionais da boemia potiguar.

Por isso, em 2010, é aprovado o tombamento definitivo de uma parte do conjunto urbanístico do bairro pelo IPHAN, o qual passa a ter tutela sob o perímetro protegido. Portanto, a importância da preservação de parte da Ribeira como patrimônio da nossa cidade, proporciona resguardar toda a história política, econômica, urbana e social da cidade.

**Figura 1:** Poligonal de tombamento do IPHAN



Fonte: COOPERE, 2015.

### **1.1 O patrimônio e a História da Ribeira**

O conceito de patrimônio está associado a um conjunto de bens de grande valor para as pessoas e comunidades. O patrimônio como uma permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento Ferreira (2006, p 70). Cabe destacar que nesse diagnóstico, o foco será no patrimônio histórico - aquele que faz parte da identidade de uma sociedade, quanto às suas características e costumes.

De acordo com o Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, o conceito de Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 2014).

A Constituição Federal Brasileira de 1998, em seu Art. 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 também incumbe providências ao poder público em seus parágrafos, os quais ressaltam sobre:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

No Brasil, o patrimônio histórico é protegido pelo Decreto-Lei Nº 25, de 1937, que em seu primeiro artigo o define da seguinte maneira (com a redação da época):

“Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

A preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural de um determinado lugar, de modo a que as futuras gerações possam conhecer, entender e estudar a civilização de épocas anteriores. Isso está ligado com a ideia de memória coletiva e individual de uma geração ou de uma nação. Mas pela definição de Alves (2008) mostra que o tombamento também significa registrar e inscrever esses patrimônios nos arquivos da Administração Pública, visando a preservação desses patrimônios. Pela lição de Alves (2008, p. 67) tem-se que:

“O tombamento é um instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural. Quando uma pessoa é proprietária de um bem de valor para a cultura do país, o Estado pode intervir e sujeitá-la a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura.”

Na esfera municipal uma das ferramentas de salvaguarda encontra-se através da Lei Municipal nº 3.942, a qual instituiu a Zona Especial de Preservação



Histórica (ZEPH), que abarcava o bairro da Ribeira, uma parte do bairro da Cidade Alta e trecho do bairro das Rocas. A ZEPH tinha como objetivo “[...] a preservação dos prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, arquitetônicos, culturais e paisagísticos” (NATAL, 1990, p.1).

A problemática escolhida é de um bairro que já foi tido como o mais importante da capital potiguar e que hoje se encontra praticamente num processo constante de “decadência”, mesmo em face das tentativas via poder público, como o projeto “Reviva Ribeira” (2021), o qual inclui intervenções de engenharia e arquitetura, dentro do diagnóstico das condições de cada imóvel, o qual objetivava a restauração e pintura de fachadas e letreiros do bairro. Entretanto, o projeto não saiu do papel, haja vista que os patrimônios arquitetônicos localizados no bairro da Ribeira ainda estão em estado de deterioração.

Nesse contexto, surgem em um desdobramento a essas discussões que mesclam a preocupação com a preservação do patrimônio histórico e a preocupação com as consequências da cidade moderna (LIMA, 2016, p. 16), uma vez que a não assistência desses prédios históricos contribui com que eles percam sua atratividade em detrimento das arquiteturas modernas.

Em pesquisa documental e com a utilização de ferramentas tecnológicas (Google Maps) tem-se que a maioria dos prédios da rua Chile estão depredados, inutilizados, sem uso da sua função social e fisicamente observa-se que esses patrimônios estão sem conservação, e conseqüentemente o estado de preservação é nenhum. O desabamento da estrutura do Arpege, prédio datado do século XX e que abrigou uma casa noturna e já foi cenário de filme, é uma evidência da ausência de monitoramento e interesse de conservação por parte do poder público.

Avançando no desenvolvimento do conceito de espaços subutilizados apresentado por Zaitter (2010, p.3), há ainda outras formas de subutilização, muito comuns na maioria das cidades, denominadas vazios urbanos, representadas por edificações, antes em pleno uso, que, por razões diversas, se encontram sem ocupação, e por glebas dentro de perímetro urbano que permanecem intocadas ou com baixa densidade ocupacional. A situação configura-se mais grave nos casos em que há disponibilidade de infraestrutura, pois atenta contra a função social da cidade.

Muitos espaços de desvalia são considerados como áreas de risco (urbanístico, econômico, ambiental, cultural e social), além de gerarem comprometimento da qualidade de vida local, decorrente da deterioração das edificações, da degradação ambiental, da estagnação econômica e do desemprego e, sendo espaços dominados por traficantes e usuários de drogas, são áreas perigosas, de grande incidência de assaltos e dos mais diversos episódios de violência urbana.

A fim de coletar informações sobre o patrimônio histórico arquitetônico da Ribeira, entrevistamos Andréa Virgínia Freire Costa - ex superintendente do IPHAN, atuou na gestão durante os anos de 2014 a 2017 e atualmente professora dos cursos superiores de Tecnologia em Produção Cultural e Gestão desportiva e

do lazer do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Ela relata que, em meados de 2010, o centro histórico de Natal/RN foi tombado e foi quando o IPHAN passou a ter responsabilidade de fiscalizar tudo que for ser feito nas edificações tombadas da Ribeira.

Além da atribuição de fiscalizar os patrimônios, outra responsabilidade do IPHAN é buscar recursos para reparo dos patrimônios públicos, mas em relação aos patrimônios privados, não há a mesma linha de financiamento. Porém, no geral, as competências do IPHAN são fiscalizar, autorizar obras e buscar recursos para restauros. Nessa perspectiva prática de atividades do IPHAN, para a entrevistada as mazelas que colaboram no processo de revitalização do patrimônio da Ribeira está na questão fundiária, diante do fato que os donos e proprietários dos imóveis não são encontrados e para o processo de restauração existe todo um trâmite de processos burocráticos que são necessários e precisam ser autorizados, logo o abandono dos proprietários dos imóveis é uma das problemáticas encontradas pelos gestores.

Dentre outras problemáticas visualizadas pela prof. <sup>a</sup> entrevistada, está ligada a questão fundiária é a falta de habitação dos prédios, pois existem aqueles prédios que estão alugados, porém, não se sabe quem é o dono do imóvel da região que é tombada e existem os prédios e casas abandonados, como exemplo do prédio do Arpege, o qual desabou. A infraestrutura básica no bairro, ou seja, a falta de serviços “básicos” como uma farmácia ou padaria, além de limpeza, iluminação, dentre outras atividades, tendo em vista que dificilmente a vida cotidiana de moradores e comerciantes de um bairro sobrevive ou permanece sem a assistência dos serviços básicos, pois, quem vai querer morar num lugar onde não se encontra nada? Eis a questão e a falta de fortalecimento econômico seria outra grande problemática que paira sob a Ribeira.

A falta de interesse político e do mercado imobiliário é uma constante em qualquer esfera da questão social e não seria diferente com relação aos patrimônios materiais da nossa cidade, e com isso a gestão e a intervenção dos agentes sociais entram em disputa dentro das arenas sociais, cada gestão incluindo suas prioridades e disputando por quais problemáticas serão o carro chefe dentro de um mandato. Outra dificuldade seria o pouco incentivo na construção de uma identidade cultural potiguar, não se cria apego ao nosso passado, ao nosso patrimônio e à nossa cultura, e esse processo vem dificultando a implementação de políticas públicas.

A professora também evidencia que um dos grandes desafios dentro da gestão no IPHAN foi lidar com a grande demanda de fiscalização sem ter um corpo técnico suficiente para dar conta do trabalho. Além disso, há muita dificuldade do processo burocrático na gestão de um centro histórico tombado, ainda mais estando com problemas que, ao passar dos anos, foram desgastando a área que se encontra o patrimônio e a desassistência dos atores sociais.

Também foram entrevistados o presidente do conselho do Centro Náutico Potengy, Valdécio, e um dos membros da diretoria do Sport Club de Natal, Lécio



Bezerra, ambos clubes de remo centenários na capital do Rio Grande do Norte. O presidente do conselho do Centro Náutico Potengy informou que vive na Ribeira há muitos anos e que o bairro tem sua importância histórica.

Perguntado sobre a atual situação da rua Chile, ele relata que nota uma menor circulação de pessoas, comércio e turistas em comparação às décadas passadas. Conquanto, pontua que por volta dos anos de 2000, como forma de reavivar o bairro e a Rua Chile, foram feitas revitalizações nas fachadas que proporcionaram que o local voltasse a ter uma identidade mais cultural e artística. Ele afirma que a revitalização dos prédios contribuiu para uma melhor estética do bairro, de forma que houve mais visitação turística e interesse pela história que há na região.

O representante do Sport Club, considera que os prédios estão em situação precária e sem manutenção e que o atual aspecto da rua é de abandono. Ele acredita que um dos fatores que contribuem com uma menor circulação de pessoas e poucos comércios está ligado diretamente aos grandes shoppings da cidade. Lécio acrescenta, ainda, que falta cuidado e olhar como potencial de turismo por parte do atual gestor da cidade e que a estética tem influenciado no vazio daquele espaço histórico.

Contudo, ambos entrevistados citam como principais problemas do bairro a falta de iluminação, o acúmulo de lixo e complementa que esses fatores contribuem para o aspecto de “abandono” que o bairro possui, além da falta de preservação do Patrimônio.

O pretexto de diagnosticar os patrimônios históricos, em especial os da Rua Chile, se deu a partir do conhecimento da importância da preservação desses patrimônios como forma de manter a história local viva, compreensão do que ocorreu no passado, na construção de informações sobre determinados povos, suas culturas e tradições. Outra prerrogativa foi feita a partir da percepção do atual estado de conservação de tais edificações.

Contanto, a realidade apresentada no Município de Natal/RN mostra-se contrária à preocupação e interesse em conservar e manter o espaço dos centros urbanos habitados, representados, valorizados e ativos nas esferas econômica, social e cultural. Assim, de acordo com Lima (2016, p. 27), valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habitá-lo com condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltam suas características e permitam o seu ótimo aproveitamento. Isso implica diretamente na compreensão do que ocorreu no passado, além de dificultar na busca de informações sobre um povo, suas culturas e tradições.

Os edifícios localizados na Ribeira possuem uma grande importância para a história do Rio Grande do Norte, pois o bairro da Ribeira, antes conhecido como Cidade Baixa, foi o segundo bairro construído em Natal. Porém, o estado atual dos prédios arruína o conjunto arquitetônico significativo da história, pois há diversos edifícios abandonados, em ruínas ou sendo mal utilizados. Também colaboram, a falta de segurança no turno da noite, pois o ambiente não possui

tanta movimentação, comércio fechados, falta de iluminação e até mesmo um nível de segurança bastante reduzido.

Na rua Chile, em uma primeira observação de campo, evidenciou-se na visita à existência de vários prédios desabitados, subutilizados e poucos comércios de pescados operando na área. Não foi observado nenhum tipo de movimento turístico ou de pessoas visitando a região, apenas prestadores de serviços para as empresas de pesca. Quanto aos prédios em funcionamento que encontramos, cabe citar alguns: Edtam, Produmar (exportadora de produtos do mar) e o Sport clube de Natal (clube de remo).

Durante a ida a campo, foram abordadas algumas pessoas para conversar e tentar obter algumas informações, na tentativa de uma conversa informal com alguns trabalhadores e moradores que residem há décadas no bairro, porém, demonstraram resistência, mas ainda assim foi possível extrair um pouco da história e dinâmica atual da Ribeira.

Em conversa com um morador do bairro, foi relatado que a ribeira nas décadas passadas era bastante frequentada, pois em seus prédios existiam muitas boates, botecos, cenário de filme e comportou fortemente o comércio visto que se encontra próxima ao porto. Em reflexão sobre a atual rua Chile, o morador contou que a prefeitura tem feito promessas de revitalização, mas que os prédios ainda estão caindo aos pedaços. Além disso, classificou que a ribeira está em completo abandono por parte do poder público.

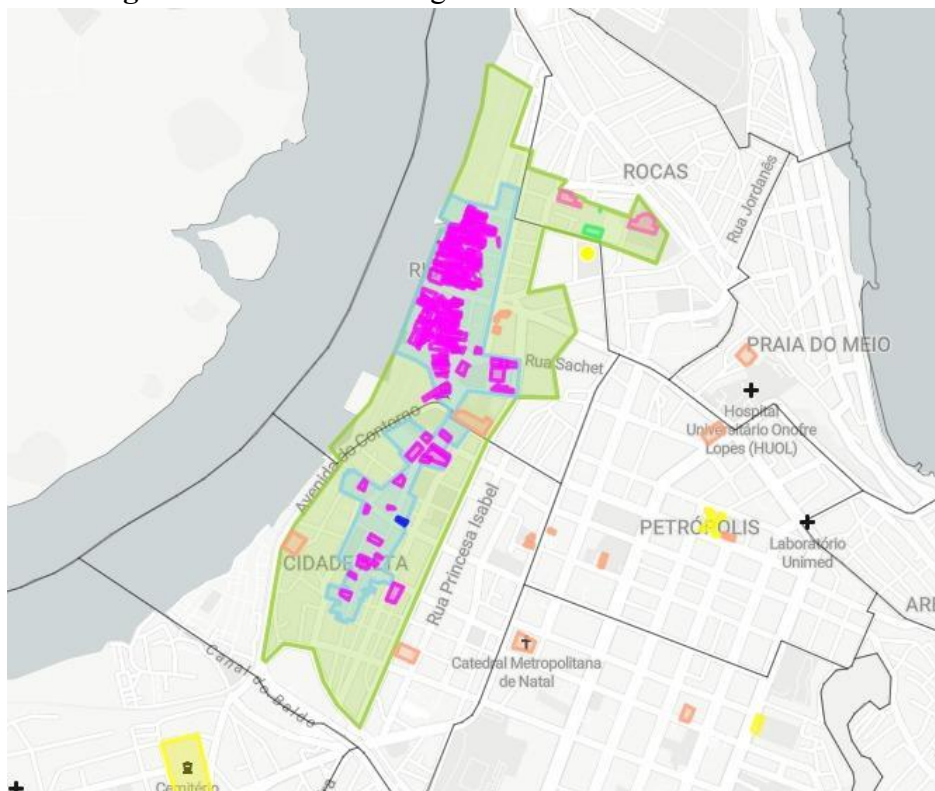
Dessa forma, a região histórica de Natal, o bairro da Ribeira tem 166 imóveis em característica de abandono. A informação é da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB), em levantamento feito no ano de 2021 para levar adiante o processo de arrecadação de imóveis.

Segundo a pasta, a Ribeira é o ponto com pior índice de abandono de imóveis da cidade. A definição de abandono inclui impostos não pagos e outras variáveis além das características visíveis. Sete dos 166 imóveis identificados na pesquisa estão sendo arrecadados na Rua Chile.

A desapropriação de imóveis é uma ferramenta de política urbana do novo plano diretor de Natal voltada para o fortalecimento da função social da propriedade, também regulamentada pela Constituição Federal de 1988 e Lei Federal 13.465/2017.

Contudo, de acordo com o inventário do patrimônio arquitetônico natalense, que delimita e evidencia o entorno da poligonal de tombamento do IPHAN sobre o Patrimônio Federal (Decreto-Lei nº 25 de 1937), somente na rua Chile encontram-se 75 prédios tombados pelo IPHAN. A Rua Chile guarda a memória de um tempo em que além de centro econômico, era centro do poder político da capital potiguar. É uma área de grande valor patrimonial histórico, material e cultural da cidade e essa região foi tombada, de acordo com o inventário, em 18 de julho de 2014, pelo Decreto de tombamento instituído pela Portaria nº 72/2014 do IPHAN. Abaixo segue imagem retirada do inventário, no qual mostra as áreas tombadas dentro da Ribeira e também da rua Chile.

**Figura 2:** Entorno da Poligonal de tombamento do IPHAN



Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico Natalense.

**Figura 3:** Entorno da Poligonal de tombamento do IPHAN





**16º CONGRESPO**  
CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE



**24 A 27**

DE OUTUBRO DE 2023

**DEMOCRACIA,  
TRANSPARÊNCIA  
E INOVAÇÃO:  
DESAFIOS PARA A  
GESTÃO PÚBLICA**



Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico Natalense.

De acordo com as figuras 2 e 3, a área “rosa” representa os prédios tombados. Neste inventário, é possível verificar algumas informações do bem tombado, como: nível de tombamento, seja federal ou estadual, endereço, fotos e histórico, com descrições dos prédios. Já nas cores verde e azul, encontra-se o entorno da poligonal de Tombamento do IPHAN.

### **Considerações Finais**

Com este diagnóstico e ferramentas participativas, compreendemos que a revitalização dos edifícios tombados é um desafio não somente para o IPHAN. As dificuldades em encontrar os proprietários, burocracias técnicas e interesses políticos por parte do governo estadual e municipal, são um dos muitos obstáculos a serem vencidos para que de fato os patrimônios históricos possam ser assistidos.

Somado a isso, podemos citar também a dificuldade em obter uma abertura e comunicação por parte dos comerciantes para a contribuição na coleta de informações, participação que seria de extrema importância, confrontando assim, a natureza social participativa do diagnóstico.

A partir deste diagnóstico, foi possível perceber os processos sociais sofridos pelo bairro da Ribeira e a esperança em um processo revitalização e

preservação da área citada, a população que vive a realidade cotidiana, às pessoas que ali frequentam e querem vivenciar a cultura do bairro histórico se deparam com uma realidade permeada por dificuldades econômicas, questões fundiárias, a especulação de imóveis e são essas questões que cruzam a problemática em torno do patrimônio histórico ocasionando assim a precarização e deixando a Ribeira um bairro suscetível a diversas vulnerabilidades, estando assim desassistido de políticas públicas.

Portanto, é um bairro que possui um grande potencial econômico, cultural, social e que poderia ser incluído na gestão pública do território, tendo em vista que os esforços dos agentes públicos poderiam ser melhor direcionados para a elaboração de planos e projetos de revitalização, mas a Ribeira e seu entorno continuam desassistidos e necessitam urgentemente entrar no debate da agenda e discussões institucionais dos gestores públicos para que os projetos de revitalização saiam do papel e comecem a tomar forma.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1932. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Brasília. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 02 maio 2007.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **DOCUMENTO LEGAL nº 375, de 17 de agosto de 2018**. Política do Patrimônio Cultural Material. Governo Federal. 2018.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/356/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 27 jun. 2023

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/356/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

**INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NATALENSE** - uMap. Disponível em:

[http://umap.openstreetmap.fr/pt-br/map/inventario-do-patrimonio-arquitetonico-natalense\\_405233#16/-5.7783/-35.2034](http://umap.openstreetmap.fr/pt-br/map/inventario-do-patrimonio-arquitetonico-natalense_405233#16/-5.7783/-35.2034). Acesso em: 17 jun. 2023.

LE GOFF, Jacques, **1924 História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Rhenyara Raissa Peixoto de Lima. **Aqui podia viver gente: proposta de ocupação dos espaços subutilizados da Ribeira.** Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

MARINHO, Silvino Tavares. **Habitação como alternativa para a preservação de áreas urbanas centrais históricas: Análise comparativa entre as políticas públicas do Recife e do Rio de Janeiro.** 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS, Elaine de Albuquerque. A (RE) **Leitura de um documento: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN).** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

MONTEIRO, Flávio. **Ribeira tem 166 imóveis abandonados e é alvo de ação para revitalização.** Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/ribeira-tem-166-imoveis-abandonados-e-e-alvo-de-acao-para-revitalizacao>. Acesso em: 10 jul. 2023.

NASCIMENTO, Gerson Gomes do. **RIBEIRA: UM ESTUDO GEOHISTÓRICO DO BAIRRO DA ZONA LESTE DE NATAL-RN. GEOCONEXÕES**, v. 2, p. 27, 17 nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/geoconexoes.2015.3690>. Acesso em: 05 mai. 2023.

**NATAL: história, cultura e turismo.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. – Natal: DIPE – SEMURB, 2008.

ODS 11: **conheça os objetivos da ONU para as cidades.** Disponível em: [https://habitability.com.br/ods-11-conheca-o-objetivo-da-onu-para-as-cidades/?utm\\_source](https://habitability.com.br/ods-11-conheca-o-objetivo-da-onu-para-as-cidades/?utm_source)

[=google\\_pago&utm\\_medium=&utm\\_content=&gclid=CjwKCAjwp6CkBhB\\_EiwAlQVyxY0bfctZILq1lEoBnyxfECyWsh7thgGfKKrDhYUbt9vj3TweCGW\\_aPxoChNQQAvD\\_BwE](https://www.google.com/search?q=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gclid=CjwKCAjwp6CkBhB_EiwAlQVyxY0bfctZILq1lEoBnyxfECyWsh7thgGfKKrDhYUbt9vj3TweCGW_aPxoChNQQAvD_BwE). Acesso em: 22 mai. 2023.

SOUSA, Priscila Carvalho Mendes de. **A Importância do Patrimônio Histórico Como Instrumento de Preservação da Memória - Brasil Escola.** Disponível em: [https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm#indice\\_1](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm#indice_1). Acesso em: 22 maio. 2023.

SILVA, Paula Juliana da. **Vazios urbanos e a dinâmica imobiliária do espaço em Natal/RN.** Paula Juliana da Silva. Natal, RN, 2015.

VITAL, Bruno. **Prédio histórico do século XX que abrigou boate ARPEGE desaba em Natal.** Disponível em: 21 <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/06/22/predio-historico-d-o-seculoxx-que-abrigou-boate-arpege-desaba-em-natal.ghtml>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

VOLUME I: **Relatório executivo de construção coletiva do Diagnóstico Municipal Participativo para o Desenvolvimento Humano Local.** Brasília: CNM/Pnud, 2012.